



## Índia: o limiar de uma grande potência

Marco Cepik (20/11/2017)

No dia 12 de novembro de 2017, os representantes dos Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália reuniram-se em Manila, nas Filipinas, para retomar o chamado Diálogo Quadrilateral de Segurança (QSD). Criado em 2007 quando Shinzo Abe foi primeiro-ministro japonês pela primeira vez, o QSD havia perdido *momentum* durante a predominância de governos centristas nos quatro países. Atualmente, com governos à direita nos quatro países, os esforços para alinhar os países do QSD numa coalizão para conter a China foram retomados.

Os Estados Unidos governados por Trump, por exemplo, promovem agora o conceito de região Indo-Pacífica, para enfatizar o papel da Índia como potência militar capaz de balancear a modernização naval e o protagonismo chinês na região. Além disso, em maio de 2017 o Japão e Índia anunciaram uma tentativa de contrapor os investimentos em infraestrutura da ordem de trilhões de dólares previstos pela iniciativa chinesa Cinturão e Rota (*Belt and Road*). O corredor de Crescimento da Ásia e África (AAGC), chamado pela mídia de *Freedom Corridor*, iniciou com investimentos modestos, de 40 milhões de dólares, anunciados pelo governo japonês em setembro (<https://goo.gl/rFfC7J>). Juntos, a retomada do QSD e a iniciativa AAGC colocam em questão a grande estratégia indiana e o papel daquele país na ordem mundial contemporânea.

### Os requisitos de poder militar

Considerando o PIB ajustado pela paridade do poder de compra (PPP) de 9,4 trilhões de dólares, a economia indiana já é a terceira maior do mundo em 2017, atrás apenas da China (23,1 trilhões) e dos Estados Unidos (19,3 trilhões). Além disso, a sua população de 1,3 bilhão de pessoas tem uma idade média de 27,6 anos, com uma população economicamente ativa (PEA) de mais de 460 milhões de trabalhadores.

No sistema internacional contemporâneo há três capacidades militares que, somadas, são necessárias e suficientes para um país ser considerado uma grande potência. Trata-se da dissuasão nuclear, do comando do espaço e da dissuasão convencional (ou inexpugnabilidade contra a conquista). Nenhuma delas é simples de ser obtida e nenhuma delas, isolada ou coletivamente, garante a paz. Os três têm custos enormes e riscos associados, que devem ser levados em conta quando os cidadãos de um país deliberam sobre seus objetivos coletivos. Independente desde 1947, a Índia encontra-se no limiar de desenvolvê-las plenamente, devendo tornar-se na próxima década a quarta grande potência mundial, juntamente com Estados Unidos, Rússia e China.



## CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Desde os testes nucleares de 1998, a Índia avançou significativamente no desenvolvimento do conjunto bastante complexo de requisitos tecnológicos, organizacionais, doutrinários, logísticos e operacionais para vir a dispor de uma capacidade assegurada de segundo ataque nuclear nos próximos anos. Além de dispôr de estoques suficientes de material físsil para a produção de mais ogivas, em 2015 o país possuía algo entre 110 e 200 ogivas nucleares em diferentes estágios de montagem. Há indícios de que possua ogivas termonucleares, mas isto não é consensual entre os analistas (TKACIK, 2017, p. 4). Em termos de sistemas de entrega, a Índia busca desenvolver a tríade baseada em bombardeiros (como o Mirage 2000H), mísseis balísticos móveis lançados da superfície (como o Agni V em fase de testes) e mísseis lançados de submarinos nucleares (classe Arihant, comissionado pela primeira vez em maio de 2016).

Por sua vez, a sobrevivência de suas estruturas de comando e controle e a credibilidade das capacidades de retaliação contra um ataque nuclear dependem de um segundo requisito, o comando do espaço. Embora um orçamento modesto quando comparado com o das grandes potências, o orçamento do Programa Espacial Indiano subiu de 435 milhões em 2002 para 1,25 bilhão de dólares em 2015. Além disso, 71% de todo o orçamento de pesquisa e desenvolvimento do país vai para áreas relacionadas ao espaço sideral. A Índia já é um dos poucos países no mundo capaz de produzir, lançar, operar e utilizar os serviços de uma frota própria de satélites (31 em órbita em 2015). Além de aplicações de uso dual (meteorologia, navegação e comunicação), desenvolvimentos recentes, como o lançamento do satélite GSAT-7 e o programa Chandrayaan-2 de exploração lunar, indicam que a Índia está construindo os meios para assegurar um nível de comando do espaço compatível com capacidades críveis de segundo ataque nuclear (PARACHA, 2013; SARTI, 2015).

Finalmente, desde a Guerra de Kargil (1999), a Índia procura combinar um modelo híbrido de modernização das suas forças armadas (NEVES JR, 2015). Diante da possibilidade de ter que travar uma guerra em duas frentes com o Paquistão e com a China ao mesmo tempo, a doutrina de emprego das forças armadas indianas prevê o desenvolvimento de capacidades espaciais, aéreas e navais (incluindo a classe Vikrant de porta-aviões) para projetar força no Oceano Índico e nos estreitos, mas também massivas capacidades missilísticas e terrestres capazes de enfrentar a superioridade convencional chinesa (<https://goo.gl/HXX1C8>). Em 2017, o país teve um orçamento de defesa de 52,4 bilhões de dólares (2,2% do PIB), para forças armadas ativas com 1.400.480 efetivos, além de reservas de primeira e de segunda linha de pouco mais de um milhão de efetivos. As forças armadas indianas apresentam déficits em áreas específicas (tais como caças, artilharia, blindados, submarinos, anfíbias), além de problemas persistentes de interoperabilidade, número de oficiais, consistência doutrinária e comando conjunto.

Não obstante, a trajetória indiana de construção de meios militares convencionais, espaciais e nucleares é compatível com uma grande estratégia que visa tornar o país uma das quatro grandes potências mundiais nas próximas duas décadas. Isto não significa ignorar os enormes desafios de desenvolvimento que a Índia tem. Para mencionar apenas um deles, mesmo com invejáveis taxas de crescimento



## CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

econômico, a cada ano 12 milhões de jovens procuram entrar no mercado de trabalho, mas apenas 5 milhões de empregos são criados (<https://goo.gl/L7YSw1>).

### **Aliança contra a China?**

Exatamente porque pretende e considera viável tornar-se uma grande potência mundial, há limites para que a Índia opere como um mero satélite dos Estados Unidos na região. Ex-aliada da União Soviética durante a Guerra Fria e líder do Terceiro Mundo, a virada diplomática da Índia desde a assinatura do Acordo Nuclear Civil com os Estados Unidos em 2008 é significativa. Contudo, é preciso considerar as diferenças da situação atual em relação à ordem bipolar predominante até 1991.

Em primeiro lugar, a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria deveu-se em parte a uma aliança informal com a própria China. Ademais, as alianças informais atuais (China e Rússia versus Estados Unidos e Índia) entre as grandes potências são muito menos coesas e ideológicas do que a OTAN e o Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria. A começar pela enorme interdependência econômica entre China e Estados Unidos, que pode ser revertida, mas não facilmente. Em segundo lugar, um enrijecimento da ordem multipolar atual (já desequilibrada a favor dos Estados Unidos) em direção a uma nova bipolaridade ou a uma unipolaridade fundada na primazia nuclear não interessa a quase nenhuma das potências regionais atualmente cortejadas pelas duas alianças informais. Países como Alemanha, França, Turquia, Irã, Coreia do Sul, Vietnã, Indonésia ou Austrália tentarão manter liberdade de ação e decisão (soberania). Finalmente, mesmo os Estados Unidos estão bastante divididos internamente quanto aos seus objetivos e a forma de obtê-los no sistema internacional.

Como resultado, a Índia continuará priorizando seus esforços de desenvolvimento interno e de construção de capacidades compatíveis com a sua transformação em uma grande potência, evitando antecipar um confronto com a China que seria desfavorável e, eventualmente, fatal (<https://goo.gl/YPgFLF>).

O primeiro-ministro Narendra Modi e o governo liderado pelo Barathya Janata Party (BJP) devem manter a política iniciada em 2014 de “Atuar no Leste” (*Act East*). Afinal, em 2016, o comércio bilateral da Índia com a ASEAN chegou a 75 bilhões de dólares, e o Japão prometeu investir 35 bilhões de dólares na Índia nos próximos cinco anos. Mas a China continua sendo o maior parceiro comercial da Índia (70,8 bilhões de dólares em 2016), enquanto 600 empresas chinesas anunciaram em outubro um plano conjunto de investimentos na Índia da ordem de 85 bilhões de dólares também para os próximos cinco anos. A diferença é que deste total 7,43 bilhões já foram investidos em 2017 (<https://goo.gl/Dm6Vji>).

Ademais, a Índia continua participando do Grupo BRICS, além de ter se tornado membro pleno da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) em 2016. Ou seja, as relações entre os dois países, como de resto entre quaisquer grandes potências, continuarão sendo caracterizadas por cooperação e competição.



## CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

### Leituras Sugeridas

- JORNADA, Helena Lobato da. China e Índia no Século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais (Graduação) - UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- NEVES JR, Edson J. A Modernização Militar da Índia: as virtudes do Modelo Híbrido. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais - UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- PARACHA, Sobia. Military Dimensions of the Indian Space Program. *Astropolitics: The International Journal of Space Politics & Policy*. 11:3, pp. 156-186, 2013.
- PARDESI, Manjeet S. Is India a Great Power? Understanding Great Power Status in Contemporary International Relations. *Asian Security*, 11:1, 1-30, 2015.
- SARTI, Josiane S. O Programa espacial da Índia: evolução histórica e implicações estratégicas. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais (Graduação) - UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- SHOLZ, Fernando. Implicações da Dissuasão Nuclear como capacidade de poder: o caso indiano. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais - UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- STUENKEL, Oliver. BRICS e o Futuro da Ordem Mundial. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2017.
- TKACIK, Michael. India nuclear weapons: No first use or no full disclosure? *Defence Studies*, (DOI: 10.1080/14702436.2016.1271721), 2017.
- UPADHYAYA, Shishir. Expansion of Chinese maritime power in the Indian Ocean: implications for India. *Defence Studies* (DOI: 10.1080/14702436.2016.1271720), 2017.
- VIEIRA, Maíra Baé B. Relações Brasil-Índia (1991-2006). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- VISENTINI, Paulo et al. BRICS: As Potências Emergentes. Petrópolis-RJ, editora Vozes, 2013.
- VISENTINI, Paulo; CEPIK, Marco; PEREIRA, Analucia D. G3 - Forum de Dialogo IBAS. Curitiba: Jurua, 2011.